

## A DEFENSORIA PÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ: CASO DE OMISSÃO

*\*Alexandre Coutinho Pagliarini*

**Professor da OPET. Pós-Doutor pela Universidade de Lisboa. Doutor e Mestre pela PUC/SP**

O Estado do Rio de Janeiro possui a mais antiga Defensoria Pública do país, instalada em 1954, com 56 anos de atuação. Depois dela, institui-se a Defensoria Pública de Minas Gerais, que funciona há 29 anos.

Há precedentes históricos na defesa dos menos favorecidos economicamente no Brasil, por meio da disponibilização, pelo Estado, de advogado. Em 1935, o Estado de São Paulo foi precursor ao adotar o primeiro serviço estatal de *Assistência Judiciária* do Brasil; não se tratava, ainda, de Defensoria Pública propriamente dita, mas podia tal órgão ser considerado como precursor daquela. A iniciativa foi seguida pelos Estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Em contraste com a iniciativa tomada pelos paulistas em 1935, na atualidade, o Estado de São Paulo era, até o ano de 2006, quando entrou em vigor a Lei Complementar 18/05, um dos poucos Estados brasileiros onde a Defensoria Pública (como órgão permanente e autônomo) ainda não era instituída de acordo com a Constituição Federal e a Lei Complementar 80/94.

Em dezembro de 2010, Paraná e Santa Catarina são os dois únicos Estados brasileiros em que não ocorreu a institucionalização de Defensorias. Estão os dois ricos Estados do Sul do Brasil em mora com a população carente há 22 anos e dois meses, simplesmente. Quando informo isso em sala de aula, sou questionado pelos meus alunos curitibanos: *“Professor, mas e aquele prédio que fica na esquina da Cruz Machado com a Alameda Cabral, lá tem uma plaquinha dizendo Defensoria Pública?!?!”*. Respondo-lhes: *“Aquele é um prédio alugado, cuja plaquinha não espelha a realidade. Ele é ocupado por advogados indicados politicamente, não por Defensores concursados! O que falta ao Paraná é a criação da ‘Instituição’ Defensoria Pública, com servidores próprios – e não emprestados de outros órgãos estatais ou indicados politicamente – e Defensores concursados e bem pagos”*.

A Defensoria Pública é classificada pela Constituição de 1988 como *Função Essencial à Justiça* (artigos 127 a 135, especialmente o 134 e seus dois parágrafos), juntamente com o Ministério Público, a Advocacia Pública (por exemplo, Advocacia-Geral da União, Procuradoria(s) do(s) Estado(s), Procuradoria(s) do(s) Município(s) e a Advocacia (da OAB, a comum, para aqueles que podem contratar advogado).

A considerar que a Constituição também prescreve que “*Todos são iguais perante a Lei (...)*” e garante que “*(...) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes*” (artigo 5º *caput* e inciso LV), só se pode concluir: ser defendido por advogado é um *direito humano fundamental* de qualquer pessoa que se encontre em território nacional!

Sendo a defesa dos indivíduos – pobres ou não – um direito humano, e não tendo o Paraná instituído formal – e organicamente – a sua Defensoria Pública estatal, pode-se dizer que por isso: (i) o Paraná pode ser denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com sede em Washington, pelo descaso com os pobres em seu território, e, em consequência disso, condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sede em São José da Costa Rica; (ii) cabe Mandado de Injunção para a fruição do direito fundamental à defesa (artigo 5º, LXXI); (iii) cabe também Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (artigos 102, I, “a” e 103 da CF/1988).

O assunto tem sido debatido pelo Governador cujo mandato se encerrará dentro de poucos dias, bem como pelo Governador eleito. Um quer instituí-la, deixando-a como marco de seu governo. O eleito entende que a criação de tão importante órgão, ao apagar das luzes de um governo, não é salutar aos cofres públicos.

A verdade é que tanto, de fato, todos os Governadores que estiveram à frente do Executivo paranaense, desde 5 de outubro de 1988, omitiram-se, e não será agora, em vinte e poucos dias de mandato, que se arquitetarão algo que deveria estar em pleno funcionamento há tanto tempo.

O Governador eleito deverá cumprir a Constituição da República, e o povo deve dele cobrar a criação efetiva da Defensoria Pública do Estado do Paraná no prazo máximo de seis meses. Ouso marcar data: até o dia 1º de julho de 2011. Caso contrário, o Paraná continuará a dar este péssimo exemplo ao Brasil, fator este que é uma vergonha!